

DEPOIMENTOS

A «poluição» e o dealbar da «era ecológica»

C. M. BAETA NEVES

Engenheiro Silvicultor

Ainda que a Protecção da Natureza, como movimento cultural, tenha cerca de um século de existência, a verdade é que só nos últimos tempos têm vindo a ser divulgados os seus objectivos e o interesse de alguns dos problemas mais importantes a cujo estudo se dedica, nomeadamente a *poluição*.

Enquanto o público andou convencido de que tal movimento se limitava apenas a procurar defender da extinção algumas espécies animais ou vegetais mais raras, criando para tanto Parques Nacionais ou Reservas Integrais, ou simplesmente procurando que fossem decretadas as leis a propósito, nessa fase eram muito raros aqueles que lhe ligavam importância e menos ainda os que se sacrificavam por essa tão estranha causa.

Havia até, por muito surpreendente que pareça, quem temesse a Protecção da Natureza, por a julgar com intenções políticas ou religiosas suspeitas!...

Passaram-se anos e o primeiro grande acontecimento que chamou para si a atenção de muitos desses, até ali indiferentes, foi a *erosão*, nomeadamente quando ela surgiu de forma espectacular como aconteceu nos Estados Unidos da América do Norte.

Posto o problema em equação, avaliada assim a sua importância fundamental para o futuro tanto da Agricultura como do próprio país, logo foram decretadas e postas em execução as medidas mais apropriadas para a resolver, e nessa altura a Protecção da Natureza, ou Conservação dos Recursos Naturais, como passou a chamar-se, deixou de ser um simples movimento cultural interessando apenas a uns tantos carolas, julgados lunáticos, para adquirir uma posição dominante no pensamento de muitos daqueles de quem dependiam as resoluções a

tomar na orientação a seguir na exploração desses recursos, em especial dos chamados renováveis.

Entretanto, a pouco e pouco, à medida que as populações iam aumentando em número e em área ocupada, e surgindo novas descobertas científicas e generalizadas as técnicas nelas fundamentadas, alguns problemas novos, ou o agravamento da importância de alguns mais ou menos antigos, foram tomando cada vez maior vulto e chamando assim a atenção para a Protecção da Natureza.

A própria extinção de mais de uma espécie, animal ou vegetal, ou a rarefação da existência de outras levadas até ao perigo de atingirem esse limite, que durante séculos não causou qualquer preocupação de maior ou alarme, a não ser quando se tratasse de uma espécie útil de cuja presença e abundância dependesse a satisfação de necessidades económicas fundamentais de qualquer grupo humano, até esses acontecimentos passaram a ser razão de preocupação de muitos e a justificar a publicação de leis com o objectivo de evitar que outras igualmente se extinguissem.

E à medida que a Ecologia foi progredindo no desenvolvimento próprio e na explicação cada vez mais ampla e satisfatória de muitos desses acontecimentos, a que correspondem muitos dos problemas a que a Conservação dos Recursos Naturais dedica a sua exclusiva atenção, maior foi sendo o número daqueles que deixaram de suspeitar, ou de não acreditar, na Protecção da Natureza e, consequentemente, daqueles que passaram a atribuir-lhe uma posição de tal forma importante que hoje consideram dela dependente o próprio futuro da Humanidade chegando a afirmar: ou esta, na sua representação actual, atende aos seus princípios e ensi-

namentos, ou o fim do Mundo virá a ser uma inevitável e próxima realidade.

De tanto ainda não estão muitos outros convencidos, mas os factos se encarregarão de vencer a resistência que ainda oferecem em reconhecer o significado de algumas realidades que os rodeiam e com tão grande evidência o demonstram.

Mas mais do que os progressos da Ecologia, de que só um número muito limitado de cientistas e técnicos foi tendo conhecimento, é ao aparecimento da *poluição*, nas suas diversas modalidades, que se deve uma tão profunda transformação da atitude do público para com a Protecção da Natureza, alarmado como se encontra em todo o Mundo perante as calamidades já sofridas ou a sua ameaça.

Em vez da indiferença, do cepticismo ou até da crítica destrutiva, surgiram o entusiasmo, a confiança e o apelo, convencida como já se encontra a maioria de que de facto o Homem tem na sua mão o destino da Humanidade; talvez não tanto como se possa julgar, mas o bastante para não poder mostrar-se indiferente aos abusos que têm vindo a ser cometidos na exploração de alguns bens naturais, cuja existência dentro de certos limites é fundamental para que a vida humana seja possível, e à acção degradante do meio ambiente em relação ao qual o Homem tem exigências essenciais.

O alarme tem sido tão grande e tão generalizado que justificou a iniciativa do Conselho da Europa de dedicar o ano corrente à Conservação da Natureza, procurando com tal iniciativa dar ainda maior força a quantos se têm batido pelos seus princípios, e aos Governos que queiram aceitá-los e segui-los nas suas decisões e imposições.

Vive-se hoje um clima completamente diferente graças à *poluição*. A certeza de que podem vir a surgir problemas tão graves como o «smog», a que só à sua conta em Londres correspondeu num ano a morte de milhares de pessoas, uma vez que as condições especiais exigidas podem ou já estão a ser verificadas noutras cidades; a certeza de que a água doce não existe numa quantidade ilimitada, mas antes corresponde a um volume, difícil de compreender é certo, determinável e condicionado, ao mesmo tempo que se sabe serem cada vez maiores as exigências em tão precioso bem natural e mais grave o problema da sua poluição; e ainda a certeza das trágicas consequências que resultam do lançamento voluntário ou involuntário no mar de diversas substâncias nocivas à vida animal e vegetal, e assim, directa ou indirectamente ao Homem, como são, por exemplo, os produtos petrolíferos e os resíduos nucleares, todas estas certezas, além de outras por vezes menos importantes embora menos conhecidas, são no conjunto justificação bastante para o estado de alarme em que as populações, pelo menos de alguns países, se encontram. E se esse estado se não generaliza a toda a Humanidade é apenas por ser muito heterogéneo o grau de civilização dos diversos povos que a constituem, vivendo alguns ainda longe desses problemas ou sem poderem, por ausência completa da cultura indispensável, compreender o perigo que os ameaça.

Mas a situação não diz de facto apenas respeito a uma parte desse conjunto, embora possa ser mais aguda num ou noutro caso; dada a possibilidade de

generalização das consequências que a *poluição* pode ter, pelo menos nalgumas das suas modalidades, todo o Mundo se encontra igualmente ameaçado.

Esta a esmagadora realidade a que ninguém pode ficar indiferente, nomeadamente aqueles que pertencem aos povos ditos mais civilizados, evoluídos ou progressivos como se lhes queira chamar, aos quais correspondem maiores responsabilidades em relação ao futuro da Humanidade.

Vive-se, nesta fase da história desta última, a maior das incongruências; à medida que são cada vez mais sensacionais as descobertas da Ciência e ousadas as aplicações da Técnica, é cada vez maior o perigo da extinção da espécie humana. Muito daquilo que se diz ser feito para seu benefício pode ser no fim a causa do seu extermínio. Ninguém o desejará, mas também ninguém será capaz amanhã de fazer parar a bola de neve que, rolando pela encosta abaixo, não só vai aumentando de volume e velocidade como vai tornando cada vez mais graves as consequências do seu embate.

Hoje mais do que nunca a velha história do «Aprendiz de Feiticeiro» tem oportunidade de ser lembrada; ela representa perfeitamente o risco que se corre, por mais seguras que possam ser as medidas tomadas e mais firmes e convictas as afirmações feitas pelos mais directamente responsáveis.

Para além do saber e experiência humanas, no mundo do incognoscível, podem sempre existir as mais trágicas surpresas; temê-las a justificar a inacção total não se admitiria, mas temê-las para se usar da maior prudência parece fundamental.

Para além do livre arbítrio e da inteligência humanas está o poder de Deus, e este por ser infinito, na sua força e na sua pluralidade, será sempre o último a impôr-se, por maiores que venham a ser as descobertas feitas pelo Homem; para além da fronteira do seu pensamento estará o inatingível, e cada fase da sua evolução não corresponderá a mais do que a um estágio de um progresso sempre ambicionado e sempre relativo.

As surpresas que por todos os lados têm surgido à medida que esse progresso vem oferecendo os seus frutos, postos estes à disposição de um grande número, bem o demonstram; cada vez se julga saber mais e cada vez se reconhece saber menos. No entanto, a par deste estado de imaturidade permanente, existem realidades palpáveis, conhecimentos concretos, a que correspondem possibilidades reais de actuação sem riscos incontrolláveis.

A pouco e pouco, como resultado dessa constante busca de novas ideias, vão sendo conquistadas algumas verdades científicas suficientemente seguras para justificar o aproveitamento e a aplicação generalizada das técnicas que nelas se fundamentam, as quais constituem verdadeiras armas do progresso, e não daquelas outras que, embora de perspectivas sensacionais, não foram ainda suficientemente estudadas e experimentadas para legitimarem a sua aplicação.

Pretende-se com isto ressaltar e contestar a interpretação derrotista a que as palavras anteriores pudessem dar origem; não se nega a vantagem do progresso, a Protecção da Natureza não se lhe

opõe como alguns raros, por ignorância ou espírito destrutivo, por vezes admitem. A posição é apenas aquela que a defesa do futuro da Humanidade, no que da exploração dos bens naturais depende, inteiramente justifica; nem pode ser outra.

E se até certa altura se podia admitir que lhe faltava um fundamento científico suficientemente seguro e amplo, hoje, no estado actual dos conhecimentos ecológicos, a Protecção da Natureza não só possui esse fundamento como passou praticamente a estar englobada na Ecologia como um seu capítulo. É assim que o entendem os mais modernos autores, tais como: Duvigneaud («*L'Ecologie. Science Moderne de Synthèse*, Vol. 2 «*Ecosystèmes et Biosphère*», 1967), Kühnelt («*Ecologie Générale*», 1969) e Dajoz («*Précis d'Ecologie*», 1970).

Assentando na realidade incontroversa de que o Homem na sua essência, não é mais do que uma espécie animal, embora com características muito distintas, nomeadamente de natureza intelectual, como consequência não pode deixar de estar na dependência do meio ambiente em relação ao qual está melhor adaptado. E, existindo nesse ambiente factores limitantes, apesar do seu poder de adaptação, a sua existência correrá sempre graves riscos, desde que se atinjam os valores extremos desses factores, de acordo com a susceptibilidade relativa aos mesmos.

Sem ar, ou com ar viciado ou demasiado rarefeito, o Homem não pode viver; sem água ou só dispondo de uma água poluída ou inquinada, a sua vida também é impossível; sem solo, e de tal modo sem vegetação e igualmente sem fauna, mesmo uma e outra de origem espontânea, a situação é idêntica; acima de certo limite de alta temperatura e abaixo de um outro de baixa temperatura, de igual modo o Homem não pode sobreviver.

Poderá a Ciência e a Técnica terem descoberto aqui e ali soluções para resolver alguns problemas mais agudos de sobrevivência em condições extremas, mas além de se tratar apenas de casos muito particulares, por vezes meramente individuais e experimentais, há sempre um limite que ainda não se conseguiu ultrapassar. A fronteira poderá ter sido forçada a recuar, mas o êxito alcançado não só não tem significado prático em relação à maioria, como não representa mais do que uma demonstração da dependência estricta do Homem do meio ambiente, como acontece com qualquer outro ser vivo.

O que pode parecer uma banalidade, embora dito enfaticamente, não é aceite pela maioria de maneira a poder ser considerado como tal; infeliz e lamentavelmente, embora compreensivelmente, essa banalidade ainda constitui novidade para muitos.

Ora o que nesta altura mais importa conseguir, para se poder contar com a indispensável colaboração do público em geral, é o convencimento dessa verdade fundamental: *o Homem depende do meio ambiente e na medida em que este se altera corre riscos que podem levá-lo até ao seu extermínio.*

Os exemplos que podem ser dados das muitas espécies extintas ao longo da História do Mundo, umas muito antes do Homem ter surgido na Terra, outras ao longo da História da Humanidade, podem

perfeitamente ser aplicados à espécie humana, podendo convencer qualquer de tal realidade.

Simplesmente, uma coisa são as alterações do meio, como foram as que acompanharam os períodos glaciares que transcendem a possibilidade de intervenção, outra coisa são as alterações do meio provocadas pela própria acção da espécie considerada, alterações que podem ser provocadas por qualquer mas que só a espécie humana pode conscientemente evitar ou limitar nas suas consequências nefastas.

É evidente que se considerarmos o ambiente do *climax* que, por definição, é aquele onde se mantém a mais perfeita harmonia entre as condições do meio e a fauna e flora que nele se desenvolve, cujo equilíbrio e estabilidade são uma característica própria, essas alterações do último tipo não se verificam. E o próprio Homem quando faz parte da fauna mais primitiva, da comunidade correspondente, nela de tal maneira está integrado e sujeito que à sua presença não corresponde qualquer risco de perturbação desse equilíbrio; mas quando já tenha evoluído o bastante para tentar dominar a Natureza, como seja por exemplo através do fogo, então à sua presença já podem corresponder alterações do meio capazes não só de eliminar o *climax* como de dar origem a uma situação de instabilidade, com consequências mais ou menos nefastas, quando não calamitosas, em relação aos seus interesses.

É certo que não é possível ao Homem civilizado viver como o seu ancestral simiesco, completamente subordinado e limitado às condições climáticas; a sua libertação de tais condições foi fundamental para que pudesse evoluir, e nem sempre as consequências das alterações provocadas no meio pela sua intervenção foram calamitosas. Mas a verdade é que tal só não aconteceu quando as condições locais ou eram extraordinariamente maleáveis e nunca foram ultrapassados certos limites nas alterações provocadas, ou foram aplicadas técnicas adequadas para as evitar ou compensar.

De uma maneira geral à luta do Homem para dominar a Natureza, à aparente inversão de posições que há tanto vem tentando, correspondem sempre, de forma mais ou menos evidente e mais ou menos rápida, uma reacção da última, nem sempre dominável pelo primeiro, e assim quase sempre contrária aos seus interesses imediatos.

À medida que os conhecimentos humanos foram aumentando e aprofundando-se, nomeadamente os de ordem técnica, em especial ligados à exploração dos bens naturais renováveis de origem animal e vegetal, ou sejam os conhecimentos da Cinegética, da Aquicultura, da Zootécnica, da Silvicultura, da Pastorícia, e da Agricultura foram as populações tentando cada vez de forma mais generalizada e arrojada subordinar a Natureza a esses interesses; mas a luta mantém-se. O Homem não pode hoje declarar-se senhor da situação; não pode glorificar-se cantando vitória; a cada batalha ganha corresponde uma outra perda, ou pelo menos a uma nova ameaça que surge, por vezes onde menos se podia esperar que estivesse o ponto fraco.

As perspectivas, por mais prometedoras que pudessem ter sido, ou pelo menos como tal interpretadas, não foram na maior parte das vezes mais

do que uma aparência; a Humanidade tem vivido de subterfúgios, na azáfama de tapar buracos, de remendar. Só agora com o alvor da *Era Ecológica* se vislumbra a possibilidade de vir a ser alcançado o êxito há tanto procurado, nomeadamente nestas últimas décadas em que a situação tem vindo precipitadamente a agravar-se.

E já não se trata apenas de garantir às populações os alimentos necessários, infelizmente ainda tão escassos para 2/3 da Humanidade; trata-se agora, acima de tudo, de evitar que o ambiente natural, próprio do «habitat» humano, sofra, por sua própria culpa, alterações tão profundas que tornem impossível a existência do Homem sobre a Terra.

Direi por último que o recurso à Ecologia, como base fundamental das relações do Homem com a Natureza terá também de vir a ser adoptado por todos os outros sectores do saber que tratem das relações interespecíficas, no caso humano ditas sociais, económicas e políticas, sem o que, de igual forma nunca virá a ser encontrada a verdadeira solução dos problemas próprios. Será um novo ponto de vista, transitório, pensarão muitos, se o admitirem como possível e justo; será a forma definitiva, a solução ideal segundo outros, aqueles para os

quais o Homem, sem deixar de ser uma espécie animal, diferente e superior a todas as outras, não deixou de estar fundamentalmente dependente do meio ambiente em que viva, considerando a população própria fazendo parte desta no sentido da sua caracterização. O problema actual de maior vulto da Protecção da Natureza é assim o da defesa da espécie humana, cuja existência se pode considerar estar ameaçada; a *poluição* é no fim apenas um dos seus aspectos que embora possa não ser mesmo o mais grave, é pelo menos aquele em relação ao qual as populações ou os Governos se mostram mais sensíveis.

Mas reduzir aos seus limites a ameaça actual que pesa sobre o futuro da Humanidade é ficar muito aquém das realidades; tal como não seria justo não aproveitar o estado de impressionabilidade em que o Mundo se encontra em relação à *poluição* para tentar resolver não só esse gravíssimo problema onde ele exista, mas também todos os outros de cuja solução dependa tanto a sobrevivência da Humanidade como a vida cada vez menos angustiada dos seus inúmeros representantes, nomeadamente onde as suas condições são mais ingratas ■